



02/2015

EDITORIAL

Prezados leitores,

Com o objetivo de informar e atualizar os Membros do Ministério Público e profissionais da área de educação, estamos apresentando a segunda edição de 2015 do Informativo do CEDUC - Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação, do Ministério Público do Estado da Bahia.

Serão divulgadas notícias sobre os trabalhos, campanhas e projetos coordenados pelo CEDUC, além de eventos e informes referentes à Educação.

Desejamos uma boa leitura!

Com os nossos cumprimentos,

**Maria Pilar Cerqueira Maquieira Menezes**

Promotora de Justiça

Coordenadora do CEDUC

Equipe Técnica:

Elizabete Alves Silva – Redatora/Compiladora

Maria Pilar Cerqueira Maquieira Menezes – Redatora/Revisora

## ÍNDICE

## NOTÍCIAS

**1. PLANOS DE EDUCAÇÃO**

- ARTICULAÇÃO DE ESFORÇOS ENTRE UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA A INSTITUIÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO.....03
- FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO REALIZA AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SOBRE O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.....06

**2. NOTÍCIAS MINISTÉRIO PÚBLICO E EDUCAÇÃO**

- CEDUC PARTICIPA DA 1º REUNIÃO TEMÁTICA PARA ELABORAÇÃO DO PPA 2016 - 2019.....07
- SIMÕES FILHO RECEBE “MP E OS OBJETIVOS DO MILÊNIO” .....09
- MP PROMOVE VII WORKSHOP DO PROGRAMA ‘SAÚDE + EDUCAÇÃO: TRANSFORMANDO O NOVO MILÊNIO’ .....10
- PGJ E CEDUC PRESTIGIAM SOLENIDADE EM HOMENAGEM AOS 190 ANOS DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA.....11
- MUNICÍPIO DE PARIPIRANGA REFORMA ESCOLA APÓS RECOMENDAÇÃO DO MP.....12
- MP PROMOVE DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....13
- ESCOLA É REINAUGURADA EM JUAZEIRO APÓS AÇÃO DO PROGRAMA ‘SAÚDE + EDUCAÇÃO: TRANSFORMANDO O NOVO MILÊNIO’ .....14
- ALUNOS DE SAUBARA AGORA TÊM EDUCAÇÃO DE QUALIDADE.....16

**3. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA BAHIA**

- PROJETO “A SOCIOLOGIA E O COTIDIANO ATRAVÉS DA FOTOGRAFIA” AUXILIA NO APRENDIZADO.....17
- APLICATIVO WHATSAPP FACILITA APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA.....18
- GINCANA SOLIDÁRIA MOVIMENTA CENTRO EDUCACIONAL TEODORO SAMPAIO, EM SANTO.....20
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE REPASSA R\$ 773 MILHÕES DE COMPLEMENTAÇÃO AO FUNDEB.....21

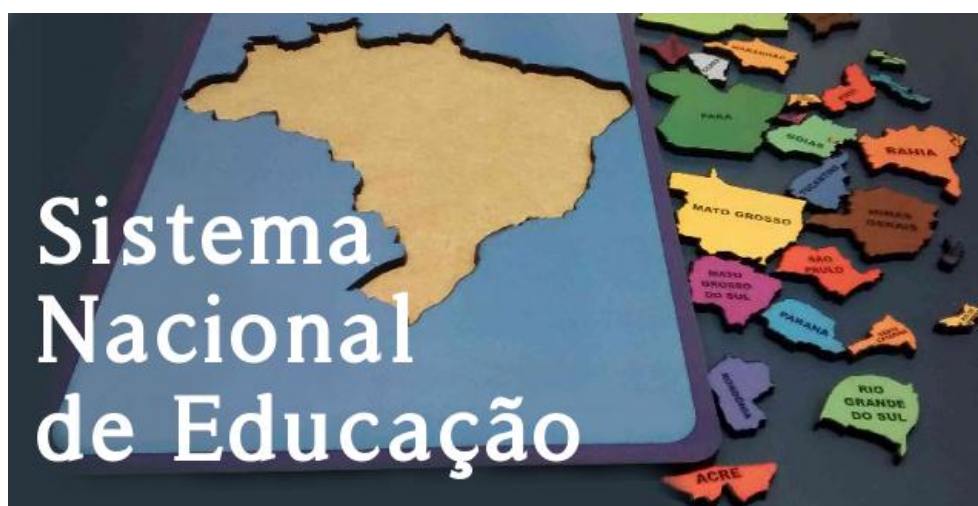
### LEIS, DECRETOS E DECISÕES DE TRIBUNAIS

- LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA .....22

## NOTÍCIAS – PLANOS DE EDUCAÇÃO

### Articulação de Esforços entre União, Estados e Municípios para a instituição do Sistema Nacional de Educação

06/08/2015



Com a Aprovação do Plano Nacional de Educação- PNE, lei 13.005/15, resta agora unir esforços para instituir o Sistema Nacional de Educação – SNE, conforme previsto no art. 13 do mesmo dispositivo legal. ([Clique aqui e acesse o texto do PNE](#)).

Articular os esforços de municípios, estados e governo federal para que se possa oferecer uma educação de qualidade para todas as pessoas do país. Este é um dos desafios que pode ser solucionado com a instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE), que deve ser sancionado até junho de 2016.

O sistema municipal de educação formaliza, organiza e dá coerência às especificidades do projeto de educação do município. A instituição do sistema por meio de lei municipal explicita e afirma o espaço de autonomia do município e as responsabilidades educacionais próprias, subordinado apenas as normas nacionais.

No último mês de junho, a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, do Ministério da Educação (Sase/MEC), divulgou o texto que aborda o SNE e o relaciona sua instituição a quatro dimensões: alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); regulamentação do regime de colaboração e cooperação entre União, estados e municípios; ajuste das regras de financiamento; e adequação dos sistemas de ensino às novas regras nacionais.

Apesar de possuir pouco menos de um ano para sua aprovação, o texto do SNE ainda deve receber contribuições em eventos nacionais que ocorrerão até dezembro de 2015. (Agenda instituinte do SNE).

Segundo a diretora da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, do Ministério da Educação (Sase/MEC), Flávia Nogueira, o Ministério pretende participar de debates em âmbito nacional, apesar de enfrentar falta de recursos administrativos e financeiros. “Não temos condição administrativa de fazer debates em cada estado ou município, mas iremos participar de eventos nacionais e audiências públicas sobre o tema organizado por entidades como a Uncme [União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação], a Undime [União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação], o FNCE [Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação], o Consed [Conselho Nacional dos Secretários de Educação] e as entidades acadêmicas”, descreveu a diretora.



Além de coletar contribuições para a proposta do Sistema Nacional por meio dos eventos nacionais, o MEC prevê ainda a realização de uma consulta pública ampliada sobre o documento. “Ainda não há decisão se a consulta vai ser a partir deste texto ou de um PL a ser elaborado após as contribuições que surgirem nos encontros. Só com muita capilaridade e conversa é que vamos conseguir fazer com que qualquer proposta chegue ao Congresso Nacional e tenha tramitação com mais celeridade, acordo e tranquilidade”, defendeu Flávia, afirmando que o Ministério está atento às diferentes propostas para o SNE e que considerará todas as contribuições realizadas.

“Sem dúvida o Sistema Nacional de Educação vai dar concretude para a cooperação e colaboração entre os entes federados, materializando as metas do PNE”, defendeu o presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), João Ferreira de Oliveira.

Para o presidente da Anpae, que também é professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), há dois desafios fundamentais para a elaboração do Sistema: “temos o desafio técnico de definir os instrumentos em forma de leis, mas que decorre de um desafio ainda maior que é o de se estabelecer, por meio de acordos sucessivos, uma articulação política entre partidos e governos que queiram melhorar a educação de toda a população, principalmente, de quatro a 17 anos”.

Para a Profa. Gilvânia Nascimento, Presidente da União Nacional de Conselhos Municipais de Educação/UNCME: “Muito mais do que encontrar estratégias legais para instituição de um sistema, é necessário se pensar nos elementos que lhe proporcionará materialidade. O texto do MEC destaca muito bem isso quando pontua a necessidade de alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a regulamentação do art. 23 ou a Lei de Responsabilidade Educacional; a adequação das regras de financiamento e a adequação dos sistemas de ensino às novas regras nacionais.”

Para ela, um SNE que se proponha a garantir educação de qualidade precisa definir parâmetros de qualidade e financiamento compatível com esses parâmetros. Assim, trazer a discussão do Custo Aluno Qualidade e sua regulamentação, conforme previsto no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), é condição fundamental para a concretização de um Pacto Federativo que possibilite justiça social e fortalecimento dos municípios, viabilizando o cumprimento de suas obrigações constitucionais com a educação.

Segundo o MEC, a ausência de um Sistema Nacional de Educação tem resultado em graves fragilidades para a educação nacional, como a ausência de referenciais nacionais de qualidade capazes de orientar a ação supletiva para a busca da equidade, a descontinuidade de ações, a fragmentação de programas

e a falta de articulação entre as esferas de governo. Esses fatores não contribuem para a superação das históricas desigualdades econômicas e sociais do país. Os resultados pontuais também não são capazes de ajudar na superação dos significativos problemas sistêmicos, imbricados na complexidade e nas tensões próprias do contexto federativo, que dificultam a organização da educação brasileira por meio de formas de colaboração capazes de efetivamente garantir o direito constitucional.

Fonte: [www.deolhonosplanos.com.br](http://www.deolhonosplanos.com.br) e Ministério da Educação

## Fórum Estadual de Educação realiza audiências públicas sobre o Plano Estadual de Educação

**14/08/2015**

O Fórum Estadual de Educação (FEE/BA) realizou diversas audiências públicas para avaliação do texto-base do Plano Estadual de Educação (PEE). Aprovado no dia 8 de maio, o documento estabelece metas para melhoria da organização do sistema estadual de ensino. (ver tabela abaixo).

Data	Localidade	Natureza	Status
08 de maio	Ilhéus	Audiência Pública	Realizada
19 de maio	Salvador (União dos Prefeitos da Bahia- UPB)	Reunião Ampliada	Realizada
25 de maio	Salvador (Conselho Estadual de Educação CEE/BA)	Debate Aberto	Realizado
26 de maio	Juazeiro	Audiência Pública	Realizada
28 de maio	Salvador (em reunião da SEC/Undime/Avaliadores Educacionais da SASE-MEC para orientações dos PME)	Reunião Ampliada	Realizada
03 de junho	Salvador (Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Educação)	Debate Aberto	Realizado
03 de junho	Salvador (Academia Baiana de Educação)	Debate Aberto	Realizado
08 de junho	Feira de Santana	Audiência Pública	Realizada

O diretor-geral do Instituto Anísio Teixeira e presidente do Fórum Estadual de Educação, Nildon Pitombo, pontuou que estas audiências são importantes para coleta de novas contribuições ao documento, que na sua construção contou com uma ampla participação de todos os segmentos relacionados à educação. “Durante este trabalho fizemos uma escuta às entidades e organizações, como os fóruns setoriais e as universidades”. O texto preliminar do Plano Estadual está disponível no Portal da Educação ([clique aqui](#)).



“Estamos estabelecendo, dentro do Plano Nacional, o que cabe à Bahia fazer, definindo as metas, as estratégias e como chegar. Como por exemplo, ampliar o número de creches, manter o Estado sempre igual ou acima da média nacional do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e garantir a alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade”, informou Sérgio Guerra, membro do Conselho Estadual de Educação.

Os professores Alda Muniz Pepe, João Danilo Oliveira, Luiz Valter Lima e Nildon Pitombo, membros do Fórum Estadual de Educação e integrantes da comissão de redação, foram responsáveis pela formulação do texto do PEE.

O Fórum Estadual de Educação enviou em junho, o projeto do Plano Estadual de Educação para o Secretário de Educação do Estado, Osvaldo Barreto, que já o encaminhou para análise da Secretária de Planejamento (SEPLAN) e da Secretária da Fazenda.

Fonte: IAT/Unidade de Comunicação e  
[www.institucional.educacao.gov.br/forumestadual](http://www.institucional.educacao.gov.br/forumestadual)

## NOTÍCIAS – MINISTÉRIO PÚBLICO E EDUCAÇÃO

### CEDUC participa da 1ª reunião temática para elaboração do PPA 2016-2019

**05/05/2015**



Teve início em 05 de maio, a série de reuniões que fazem parte do processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 do Ministério Público estadual.

Foi a primeira das duas rodadas de trabalho na área de Educação. O encontro foi realizado na sala 103, da sede do MP no CAB, com a presença da coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), promotora de Justiça Maria Pilar Menezes; do coordenador da Gestão Estratégica (CGE) e da Comissão do Plano Plurianual (Coppa), promotor de Justiça Marcelo Guedes; da diretora de Modernização, Tatiana Scalco; do diretor de Tecnologia da Informação, Frederico Silveira; de integrantes do Ceduc, da CGE e de Promotorias Regionais, por meio de videoconferência, no total o Ceduc realizou cinco reuniões para construção do seu PPA.

Conforme explicou Tatiana Scalco, este primeiro momento foi voltado para a discussão de propostas com a finalidade de definir metas e compromissos da área. Ela foi responsável por explicar a metodologia utilizada na reunião, com a divisão dos participantes em grupos de trabalhos para apresentação de proposições e redação do compromisso temático. Na segunda rodada, informou, será o momento de avançar no detalhamento dos indicadores e iniciativas. A reunião foi aberta pelo promotor de Justiça Marcelo Guedes, que fez uma breve contextualização sobre o processo de elaboração do PPA. A coordenadora do Ceduc, Maria Pilar, falou em seguida, agradecendo aos participantes e parabenizando a iniciativa do procurador-geral de Justiça Márcio Fahel e o trabalho da CGE e da Modernização no empenho em construir o PPA de forma democrática e participativa.

Fonte: Cecom/MPBA



## Simões Filho recebe “MP e os Objetivos do Milênio”

06/05/2015



Uma audiência pública marcou o lançamento do programa “O Ministério Público e os Objetivos do Milênio: Saúde e Educação de Qualidade para Todos” no município de Simões Filho, na Região Metropolitana de Salvador. A audiência, que aconteceu no dia 6 de maio, às 9h, no auditório da Câmara Municipal, foi presidida pela titular da 1ª Promotoria de Justiça da comarca, Theresa Cristina Pinto Rebouças, e contou com a presença do gerente do programa, promotor de Justiça Sávio Damasceno, e da promotora de Justiça Ana Luíza Menezes Alves Matui, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Simões Filho. Estiveram presentes também o vice-prefeito do município, Manoel Almeida de Jesus; o secretário municipal de Educação, Jorge Salles; o presidente da Câmara Municipal, Joel Luis Andrade Cerqueira, além de outras autoridades locais. No encontro, o gerente do “MP e os Objetivos do Milênio”, Sávio Damasceno, fez uma palestra explicando a dinâmica do programa e a relevância da participação da sociedade para o seu êxito. O calendário de visitas às escolas da cidade, que terão início no dia 10 de junho, foi apresentado pela promotora de Justiça Theresa Cristina, que ressaltou a importância do envolvimento da comunidade. O programa “O MP e

os Objetivos do Milênio” foi criado em 2008, com a proposta de atender às diretrizes da Declaração do Milênio, elaborada em 2000 pelas Nações Unidas. Sua metodologia consiste em visitas de equipes multi-institucionais aos estabelecimentos municipais e estaduais de educação e saúde, e aplicação de formulários previamente elaborados contendo perguntas sobre cada área. Posteriormente são identificados, listados, fotografados e filmados os problemas encontrados e também os aspectos positivos. O objetivo é efetivar os direitos de cidadania de crianças, adolescentes e enfermos, contribuindo para a prestação de serviços de qualidade nas áreas de saúde e educação.

Redator: Gabriel Pinheiro DRT/BA 2233

## MP promove VII Workshop do programa ‘Saúde + Educação: Transformando o novo Milênio’

15/05/2015



Educação inclusiva e atribuições dos conselhos municipais de educação foram alguns dos temas que estiveram em debate na manhã de no dia 15 de maio, durante a programação do VII Workshop do programa “Saúde + Educação: Transformando o Novo Milênio”, no auditório do

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MP (Ceaf). A abertura do evento foi realizada pelos promotores de Justiça Sávio Henrique Damasceno, gerente do programa, Maria Pilar Menezes, coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), e Rogério Luís Queiroz, coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde (Cesau). “Buscamos discutir e aprofundar questões relacionadas à saúde e educação, que sejam de interesse da sociedade e daqueles que atuam na execução do programa”. Por isso, antes de fecharmos a programação, consultamos os colegas para que eles elegessem os temas que consideram de maior relevância”, afirmou o promotor de Justiça Sávio Damasceno.

Para a promotora de Justiça Cíntia Crusoé Guanaes, que apresentou o tema ‘Educação Inclusiva’, o sistema educacional será de qualidade para todos os alunos e fará a inclusão quando inserir todas as crianças com deficiências na

rede regular de ensino. “Lutamos para que o atendimento educacional especializado para os alunos com deficiência esteja previsto no projeto pedagógico das escolas. No entanto, é necessário que a família reconheça a deficiência da criança para que a educação possa ser efetivada”, destacou. Ela explicou ainda que a formação em educação inclusiva deveria englobar toda a equipe da escola, desde o porteiro até a diretora.

‘O Conselho Municipal de Educação (CME) – Atribuições e Desafios’, foi o tema apresentado pela pedagoga e presidente do CME de Salvador, Joelice Ramos Braga, que ressaltou a existência dos conselhos como condição fundamental para a democratização do ensino público. “Os conselhos são instrumentos de ação social que atendem as demandas da sociedade quanto à transparência no uso dos recursos públicos e a qualificação dos serviços públicos educacionais prestados à população”.



O workshop contou ainda com a palestra da procuradora de contas do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, Élide Graziane Pinto, com o tema ‘Financiamento do direito à educação e do direito à saúde’.

Redatora: Milena Miranda DRT Ba 2510

## [PGJ e CEDUC prestigiam solenidade em homenagem aos 190 anos da Polícia Militar da Bahia](#)

**10/06/2015**

O procurador-geral de Justiça Márcio Fahel prestigiou na noite do dia 9 de junho, a cerimônia de comemoração dos 190 anos da Polícia Militar da Bahia. O evento aconteceu no Teatro Castro Alves e reuniu integrantes da corporação, diversas autoridades e



personalidades baianas.

Policiais militares, autoridades e artistas foram condecorados com a “Medalha Comemorativa dos 190 anos”, símbolo de reconhecimento da parceria e compromisso com a instituição ao longo dos seus anos de história. Ainda como parte do reconhecimento pelo trabalho da corporação no estado, os alunos do 1º ano do Ensino Médio dos Colégios da PM na capital e no interior participaram de um concurso de redações com o tema "190 anos da Polícia Militar da Bahia" e três estudantes foram premiadas pelos textos.

A promotora de Justiça Maria Pilar Menezes, coordenadora do Centro Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), esteve presente junto com o procurador-geral de Justiça e conferiram também, a evolução histórica da corporação na exposição fotográfica que abriu a noite e assistiu apresentações teatrais e musicais, que foram protagonizadas por PMs e pelos cantores Deni, da Timbalada, Daniela Mercury e Aline Rosa. O secretário de Segurança Pública, Maurício Barbosa, rendeu homenagens aos integrantes da corporação e agradeceu o empenho de cada um. Ele fez um agradecimento especial aos parceiros institucionais, como o Ministério Público estadual e o Tribunal de Justiça.

Fonte: Redatora: Maiama Cardoso MTb/BA – 2335 e Secom/PMBA

## Município de Paripiranga reforma escola após recomendação do MP

**12/06/2015**

O Município de Paripiranga reformou a escola Manoel Rabelo de Andrade e reinaugurou no dia 16 de junho após recomendação expedida pelo Ministério Público estadual. A promotora de Justiça Ana Patrícia Vieira Chaves Melo, que assinou a recomendação, afirmou que, em visita à escola, foi verificado que a unidade não possuía piso, o chão era de cimento e as paredes não eram pintadas. “Além disso, as carteiras estavam em péssimas condições, de modo a prejudicar sensivelmente o ensino e aprendizagem escolar”, destacou. Ela complementou que houve também reforma do mobiliário escolar “para assegurar às crianças e adolescentes que ali estudam o direito constitucional à educação de maneira digna”.

Redatora: Milena Miranda Jornalista DRT Ba 2510



**MP promove debate sobre**  
**educação inclusiva**  
**17/07/2015**



Temas como o direito à igualdade, dignidade e autonomia da pessoa com deficiência estiveram em debate no dia 17 de julho, durante o encontro 'Escola e Família – Juntos por uma Educação Inclusiva', na sede do Ministério Público estadual, no CAB. Promovido pelo MP, por meio do Centro

de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) e do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação (Geduc) com o apoio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação do MP (Ceduc), o evento contou com a presença de promotores de Justiça, sociedade, familiares de pessoas com deficiência, representantes de conselhos de educação, professores e diretores de escolas públicas e particulares. A abertura foi realizada pela promotora de Justiça do Geduc, Cíntia Guanaes, que convidou as pessoas presentes no auditório a usarem uma faixa nos olhos para que tivessem a experiência de assistir a palestra sem enxergar. "O objetivo é propor uma experiência para que possamos ter uma 'nova visão' da deficiência visual", explicou a promotora de Justiça Cíntia Guanaes. Ela ressaltou que a verdadeira inclusão só acontecerá de fato caso todos os atores estejam envolvidos, o que inclui a presença da escola, família, Estado e sociedade.

Na mesa de abertura estavam a promotora de Justiça Maria Pilar, coordenadora do Ceduc; o promotor de Justiça do Pará, Waldir Macieira da Costa Filho, vice-presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (Ampid); Terezinha Neder,



representando a presidência do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado da Bahia (Sinepe-Ba); Maely Valadão e Maria de Lourdes Di Dio, que apresentarão a perspectiva da família sobre educação inclusiva; a neuropediatra Rita Lucena; Mariene Maciel da Associação de Amigos e Familiares da Gente Autista (Afaga); e Lívia Borges da Associação Baiana de Síndrome de Down (Ser Down). O promotor de Justiça Waldir da Costa Filho destacou que é necessário que haja uma visão multidisciplinar, pois “mesmo que existam três pessoas na escola com a mesma deficiência cada uma precisa ser ‘vista’ de maneira diferente. E a convivência possibilita aos professores ver as necessidades individuais de cada um”, explicou. O evento contou também com palestras sobre os temas “Movimento de Incluir – Perspectiva da Família”; “Saúde e Educação – Atuação e interação”; “Os Movimentos Sociais e a Revolução na Educação”; “Educação Inclusiva na Escola Privada: Vivenciando e Aprendendo”; “Coordenação Pedagógica de Inclusão – Uma Experiência”; “A Dor e o Prazer de uma Grande Lição”; e “Conselhos de Educação – Normativos, Fiscalizatórios e Parceiros”.

Redatora: Milena Miranda (DRT Ba 2510)

Crédito das fotos: HF Fotografia

## Escola é reinaugurada em Juazeiro após ação do programa ‘Saúde + Educação: Transformando o novo Milênio

**16/07/2015**

A escola municipal José Padilha foi reinaugurada hoje, dia 16, pelo Município de Juazeiro, que cumpriu obrigações assumidas junto ao programa desenvolvido pelo Ministério Público estadual ‘O MP e os Objetivos do Milênio – Saúde e Educação de Qualidade para Todos’. Há cerca de dois anos, uma equipe do programa, coordenada pela promotora de Justiça Lolita Macedo Lessa, visitou a escola e identificou diversas irregularidades na estrutura



física da unidade. Foi realizada uma audiência pública com representantes da Secretaria Municipal de Educação, pais de alunos e professores. Durante a realização da reforma, os alunos foram redistribuídos para outras escolas do Município.





O programa 'Saúde + Educação: Transformando o novo milênio' está sendo desenvolvido em Juazeiro atualmente pela promotora de Justiça Rita de Cássia Rodrigues Caxias de Souza, servidores da Instituição e parceiros do programa. O objetivo é fiscalizar a saúde e a educação, visando efetivar os direitos de cidadania de crianças, adolescentes e enfermos, contribuindo para a prestação de serviços públicos de qualidade nas áreas de educação e saúde. Além disso, pretende fiscalizar os estabelecimentos de ensino municipais e estaduais, os estabelecimentos de atendimento à saúde, e conscientizar a sociedade e os agentes públicos sobre a necessidade da aplicação correta de verbas públicas na educação e saúde, dentre outros.

Redatora: Milena Miranda (DRT Ba 2510)



O Ministério Público, por meio do programa estratégico **Saúde + Educação Transformando o Novo Milênio**, interveio para que a Escola Municipal Pe. José Manuel G. Pereira, no Município de Saubara, fosse completamente reformada.

Novos equipamentos e uma melhor infraestrutura transformaram a realidade da educação para os alunos dessa escola e de diversas outras em todo o estado.

O programa visa efetivar os direitos de cidadania de crianças, adolescentes e enfermos, contribuindo para a prestação de serviços públicos de qualidade nas áreas de educação e saúde.



## Projeto “A Sociologia e o Cotidiano através da Fotografia” auxilia no aprendizado

26/06/2015



Com o projeto “A sociologia e o cotidiano através da fotografia: suas correlações históricas e sociais, à luz dos sociólogos Max Weber, Émile Durkheim, Karl Marx”, a professora Tereza Cristina, está transformando a maneira a ensinar, no Colégio Estadual Dona Amélia Amado, em Itabuna. Seu projeto foi transformado em documentário, para o quadro “Ser Professor”, que faz parte do programa Intervalo da TV Anísio Teixeira, que converte depoimentos sobre práticas pedagógicas e iniciativas criativas de professores da Rede Estadual de Ensino, em vídeos.

O projeto busca através da fotografia do cotidiano, explicar a Sociologia, seus fatos sociais, ações sociais, e envolver não somente alunos e professores, mas toda a unidade escolar e comunidades circunvizinhas, através da aula de campo, entrevistas, socialização do projeto. Cada ano o Colégio escolhe um local e um tema, ano passado foram às feiras livres e a História de Ilhéus. Esse ano, Itabuna: onde tudo começou. Com o tema: somos cidadãos do mundo, com a turma do 2º ano do ensino médio.

“O projeto proporcionou grande entusiasmo nos alunos e tornou-se mais atrativo, pois a fotografia é um recurso didático de alta eficiência e o jovem de hoje é muito midiático. O objetivo é trabalhar com o cotidiano do aluno, facilitando assim, o aprendizado e o entendimento das teorias sociológicas. O



projeto se destaca também, por envolver aspectos da interdisciplinaridade, através da história da fotografia”, explicou a professora, Tereza.

Segundo a professora, o projeto atingiu o seu objetivo principal: fazer o aluno entender o assunto e reconhecer os sociólogos e suas teorias. “Com o projeto alcançamos o protagonismo juvenil através dos Sociólogos Karl Marx, Emilie Durkheim e Max Weber e como suas teorias nos ajudam a encarar, explicar e compreender a realidade social. Outra conquista foi a nossa participação na Febrace, que consideramos uma grande vitória”, disse.

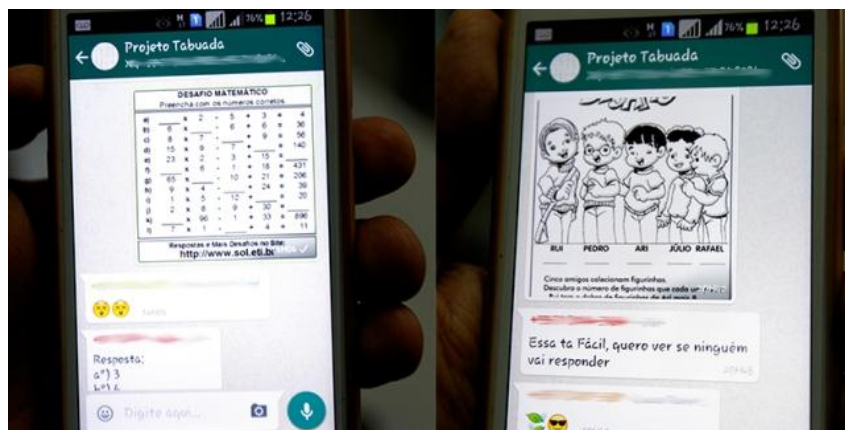
O Programa Intervalo- É o um programa da TV Anísio Teixeira, que tem a duração de 15 minutos, tempo do horário do intervalo escolar, por isso a escolha desse nome. O programa está disponível no Ambiente Educacional WEB: <http://ambiente.educacao.ba.gov.br/tv-anisio-teixeira>

## Aplicativo WhatsApp facilita aprendizagem de Matemática

23/07/2015

‘Bicho-papão’ para muitos estudantes, a Matemática já não assusta os alunos da Escola Estadual Filadélfia, localizada na Vila Canária, em Salvador. Desde o último dia 14, estudantes do 6º ao 9º ano participam do Projeto Tabuada, que associa a disciplina à tecnologia utilizando o aplicativo WhatsApp.

Todo o conteúdo ensinado em sala de aula é revisado em casa seguindo roteiro construído de forma conjunta com o professor da matéria. O aprendizado é testado nos desafios lançados pelo professor através do Whatsapp. Cada turma tem seu grupo virtual e o prazo de resposta para cada questão postada é de uma semana.



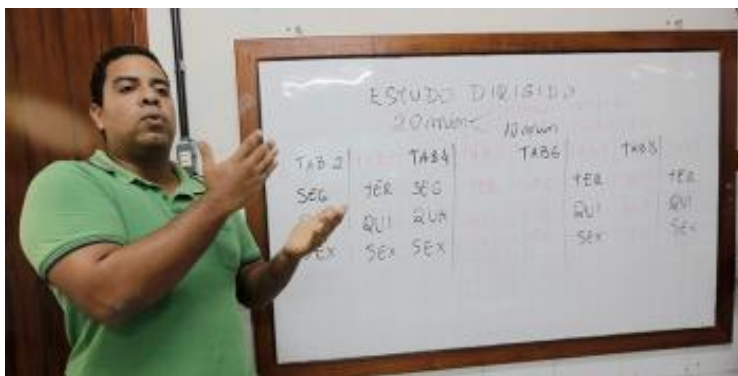
Fotos: Elói Corrêa/GOVBA

“O projeto nasceu da necessidade dos alunos do 9º ano. Foi uma forma de promover interação e fazer com que os estudantes tenham acesso ao conhecimento de maneira mais divertida. Agora posso tirar as dúvidas de qualquer lugar. Além disso, esse mecanismo ajuda ao educador a perceber se o aluno está com alguma dificuldade específica”, explica o professor de Matemática, Humberto Lima, idealizador do projeto.

Redirecionar a relação do aluno com os conceitos matemáticos, no sentido de que ele participe ativamente na resolução de situações-problema é o objetivo do Tabuada. A iniciativa deve ajudar no desenvolvimento das formas de raciocínio por meio de instrumentos tecnológicos.

### GINCANA

“Com esse projeto, a gente aprende muito mais. Minha mãe tem uma venda e eu ajudo com o que aprendo aqui”, estudante Rafaela Vasconcelos. Para alunos como Rafaela Vasconcelos, 13 anos, o estudo dirigido por meio da interação virtual tem ajudado na construção do conhecimento. “A Matemática era uma das matérias que a gente tinha mais dificuldade. Com esse projeto, a gente aprende muito mais. Minha mãe tem uma venda e eu ajudo com o que aprendo aqui”. O Projeto Tabuada tem duração de um mês e vai ser encerrado com uma gincana de Matemática. Entre as habilidades aprendidas pelos alunos estão técnicas de cálculo mental utilizando números naturais e de operações como adição, subtração, divisão e multiplicação.



Para o vice-diretor da escola, Sildo Souza da Costa, a atividade é uma maneira de reforçar a base de conteúdo do aluno em relação à Matemática. “É um excelente projeto que vai

preparar os estudantes para ter sucesso inclusive no Enem [Exame Nacional do Ensino Médio]”.

Fonte: Secom/Secretaria do Estado da Bahia

## Gincana Solidária movimenta Centro Educacional Teodoro Sampaio, em Santo Amaro

23/07/2015



A comunidade escolar do Colégio Estadual Teodoro Sampaio (Cets), em Santo Amaro, realiza até quinta-feira (23), a V Gincana do (Cets) de Conhecimento, Solidária e Cultural, com o tema 'Nordeste Cabra da Peste! Sua realidade e cultura'. Além de provas de conhecimento, os estudantes farão as apresentações dos projetos estruturantes e uma campanha solidária para arrecadação de alimentos não perecíveis. Os gêneros adquiridos serão distribuídos em cestas básicas a pessoas necessitadas da cidade.

Entre os objetivos da atividade pedagógica, destacam-se a possibilidade dos envolvidos conhecerem, valorizarem, respeitarem e desfrutarem da pluralidade de manifestações da cultura do Nordeste e do Brasil, percebendo-as como recurso valioso para a integração entre pessoas e entre diferentes grupos sociais. É uma oportunidade também de compreenderem, experimentarem e utilizarem a arte como expressão, mantendo uma atitude de busca pessoal e/ou coletiva, articulando a percepção, a imaginação, a emoção, a investigação, a sensibilidade e a reflexão ao realizar e fruir produções artísticas.

**"A gincana um ótimo incentivo ao trabalho em equipe, além de podermos ajudar os necessitados",** estudante Marcelo Augusto Oliveira de Santana.



Um dos pontos positivos da gincana, para o estudante Marcelo Augusto Oliveira de Santana, 17 anos, 3º ano do Ensino Médio, foi o envolvimento e a integração das 30 turmas do Colégio. “A participação da turma foi total, um ótimo incentivo ao trabalho em equipe, além de podermos ajudar os necessitados, já que a gincana é solidária também”, salientou.

A implantação do projeto ocorreu na primeira unidade, ações pedagógicas foram desenvolvidas em sala de aula, motivando a produção de músicas, poesias, vídeos, dança e cultura corporal. “Buscamos integrar os projetos estruturantes da Secretaria da Educação e a organização de um ensino interdisciplinar, propomos ações pedagógicas integradas, por meio da realização dos projetos FACE, AVE, TAL, PROVE, DANCE”, explicou Naihara Carvalho, diretora do Teodoro Sampaio.

Fonte: Secom/Secretaria do Estado da Bahia

### **FNDE repassa R\$ 773 milhões de complementação ao Fundeb**



O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) repassou nesta quinta-feira, dia 25, a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). No total, foram transferidos R\$ 773,1 milhões aos estados e municípios beneficiários. Os recursos estarão disponíveis na próxima segunda-feira, 29 de junho.

Principal fonte de financiamento da educação básica pública, o Fundeb é formado por percentuais de diversos impostos e transferências constitucionais,

a exemplo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Conforme a lei que instituiu o Fundeb, a União transfere recursos aos estados e respectivos municípios que não alcançam com a própria arrecadação o valor mínimo nacional por aluno estabelecido a cada ano – em 2015 esse valor é de R\$ 2.576,36. São eles: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte.

Pelo menos 60% dos recursos devem ser usados na remuneração de profissionais do magistério em efetivo exercício, como professores, diretores e orientadores educacionais. O restante serve para despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, compreendendo, entre outras ações, o pagamento de outros profissionais ligados à educação, bem como a aquisição de equipamentos e a construção de escolas.

Fonte: Escrito por Assessoria de Comunicação Social do FNDE

## LEIS, DECRETOS, DECISÕES DE TRIBUNAIS

### [LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015](#)

(lei na íntegra, clique acima)

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

#### CAPÍTULO IV

#### DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;

XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;

XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;

XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;

XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

§ 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do **caput** deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.

§ 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do **caput** deste artigo, deve-se observar o seguinte:

I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras; [\(Vigência\)](#)

II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem

possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. [\(Vigência\)](#)

Art. 29. (VETADO).

Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;

II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;

III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;

IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;

V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;

VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;

VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras.

### [LEI Nº 13.083, DE 8 DE JANEIRO DE 2015.](#)

**Institui o Dia Nacional do Pedagogo.**

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Pedagogo, a ser comemorado no dia 20 de maio de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de janeiro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF

*Cid Gomes*